

Difusão da Língua Portuguesa no Mundo*

Maria Helena Mira Mateus
FLUL / ILTEC
1 de Setembro de 2008

Em modo de introdução

Em primeiro lugar, quero agradecer à Comissão Organizadora deste Simpósio o convite honroso que me fez para integrar esta sessão de abertura. O tema do Simpósio desde há muitos anos me ocupa (e preocupa) e julgo que nunca é demais reflectir sobre ele e procurar meios e estratégias para reforçar a presença da língua portuguesa no mundo.

Mas antes de iniciar essa procura, quero propor-vos algumas reflexões sobre esse mesmo tema. Difundir o português? O que significa este objectivo que nos reúne? Pretenderemos torná-lo a língua de comunicação privilegiada no mundo actual? Muitas línguas hoje almejam esse estatuto. E os falantes de português, o que desejam para a sua língua quando falam de difusão? Talvez fiquemos mais esclarecidos se olharmos para alguns momentos da história do português em que esta língua jogou papéis diversos no cenário mundial.

No tempo das grandes viagens de descoberta do mundo, a língua portuguesa foi **língua de prestígio** na qual se comunicavam com asiáticos e africanos os mareantes europeus ao tocarem longínquos litorais. Durante o período do reconhecimento das terras descobertas, o português adaptado a diferentes culturas, manteve-se como língua geral nas costas de África e Ásia durante os séculos XV, XVI e XVII e foi, também, **língua de expansão** cuja difusão ocorria naturalmente no trato do comércio, na dominação dos escravos, na construção do império. Não era, então, necessário justificar a importância da língua nem forçar a sua difusão: ela impunha-se no facto consumado de um povo em crescimento que estendia o seu poder. A dilatação da fé e do império tinha um veículo: o português. Recordemos que, desde finais do século XVI até ao século XIX, esta era a língua que, além de utilizada no Brasil, tinha o

* Agradeço a Margarita Correia a leitura atenta que fez desta conferência e as sugestões dadas nessa circunstância.

estatuto de língua de comunicação generalizada no litoral africano e de língua franca nos portos da Índia e do sudeste asiático.

Mas o que se passou com a língua portuguesa depois da época áurea? No Brasil, o início da colonização pôs em contacto o português europeu do século XVI com a língua falada pelos habitantes da terra recém-descoberta. Na altura, os índios eram em número muito superior aos portugueses, razão por que a missionaçã o e muita comunicação quotidiana se fazia nas línguas gerais de origem ameríndia. Com o tráfico de escravos negros para a América, desconhecedores das línguas dos índios americanos, iniciou-se o uso do português como forma de comunicação entre senhores e escravos. Por outro lado, com a emigração de Portugal para o Brasil durante os séculos XVII e XVIII, acompanhada das directivas autoritárias do Marquês de Pombal para que se usasse a língua portuguesa no contacto com autóctones e escravos, e, ainda, com a transferência da corte portuguesa para o Rio de Janeiro no século XIX, o português suplantou as restantes línguas, substituindo a língua geral na comunicação quotidiana entre classes sociais. Todas estas circunstâncias forçaram a utilização do português no Brasil como língua nacional, sobrepondo-se às línguas maternas de grande parte da população.

Em África, nas regiões colonizadas pelos portugueses, o panorama não foi diferente. Portugal mantinha nas colónias a língua portuguesa como língua nacional, esquecendo voluntariamente as dezenas de línguas aí faladas e transportando, através do português, valores cuja transmissão ilusoriamente permitia segurar as pontas do espaço imperial. Este foi o tempo em que, tanto no Brasil como nas colónias portuguesas de África, a língua portuguesa teve o papel de **língua de subjugaçã o cultural**.

No momento em que o ultramar africano começou a abrir fissuras e das colónias emergiram países independentes, a situaçã o do português em África tornou-se paradoxal. Abandonando a sua condiçã o de língua de subjugaçã o, o português nascia como **língua de unidade nacional** cobrindo nações plurilingues e funcionando como bandeira: o português em Moçambique, do Rovuma ao Maputo, em declaraçã o de independência; o português da Guiné-Bissau confrontando-se com o francês de países limítrofes; o português em Angola permitindo o entendimento entre falantes das vivíssimas línguas nacionais; o português em Cabo Verde e em S. Tomé, a par de línguas crioulas

cheias de vigor, como veículo de comunicação com o exterior e sinal de diferença em relação aos povos circundantes. Em África a língua portuguesa oficial é uma opção política, uma atitude nacional e tem, no momento presente, uma estreita ligação com a sobrevivência dos territórios como países independentes.

Para terminar esta reflexão, gostaria de dizer umas palavras sobre a íntima relação entre língua e identidade cultural. Esta relação evidencia-se em circunstâncias específicas, em que a língua tem o papel de **língua de afirmação** quando preserva uma diferença cultural e histórica, reforçando, assim, a justificação de uma luta pela autonomia cultural e, em certas circunstâncias, também nacional. Este é claramente o estatuto de línguas como a Basca e a Catalã na Península Ibérica, ou as línguas da antiga União Soviética. Línguas que se afirmam numa relação de forças, línguas instrumento de luta, factores coesivos de vibração nacionalista. Neste princípio do século XXI em que o mundo pulsa em movimentos contrários de agregação e desagregação, as línguas de afirmação não se questionam, justificam-se na emergência dos nacionalismos.

E finalmente, como entender a língua portuguesa hoje, no cenário da sua difusão no mundo? No caso de Portugal e do Brasil, não se tratando no presente de uma afirmação de independência, como encarar esta língua a que todos chamamos português apesar das suas variedades decorrentes de uma natural variação? O português é hoje uma **língua de tradição**, um repositório de memórias que os povos que a falam reconhecem como parte do seu património, ao lado dos monumentos, das artes e ofícios, da música. O que aqui nos reúne é um 'bem querer' à língua portuguesa, que é a língua materna da maioria de portugueses e brasileiros: nem arma de combate nem bandeira de unidade, nem instrumento de imposição cultural, mas apenas, e até ao mais fundo de nós mesmos, o principal apoio para a construção do mundo individual e social. Tudo isto, que qualquer língua materna transporta para a vivência dos seus falantes, justifica o nosso desejo de difundir – ou reforçar a difusão – da língua portuguesa no mundo. Mas não é somente um sentimento de 'bem querer'. Outras razões existem para nos congregar em torno desta questão. E dessas razões tratarei seguidamente.

As outras razões

A língua portuguesa é a quinta língua do mundo em número de falantes (e a terceira de entre as europeias), e é língua nacional ou oficial em sete países

espalhados por quatro continentes – Portugal e Brasil, Angola, Moçambique, S. Tomé e Príncipe, Guiné-Bissau, Cabo Verde e Timor Leste. Podemos ainda contar com Macau em que é língua oficial até 2049. Embora seja a língua do maior país da América do Sul, a sua utilização está restringida em organismos plurinacionais e, por exemplo, no contexto da União Europeia é frequentemente desconhecida e confundida com o Espanhol.

Perante esta afirmação, impressionante pelo contraste que estabelece com o imenso número de falantes de português, o que podemos fazer para acompanhar e reforçar a língua portuguesa no mundo tornando-a mais conhecida e apreciada? Mas não só **o que** podemos fazer, como também **porque** o queremos fazer?

O que podemos fazer e porque o queremos fazer

Deve dizer-se, antes de tudo, que o esforço para difundir uma língua ou uma cultura exige, por um lado, que se desenhe uma **política** clara em termos das *acções* prioritárias e secundárias e dos *actores* que as devem levar a efeito e, por outro lado, que se aplique essa política de modo firme e constante. A política linguística (tal como a política cultural ou qualquer política, geral ou sectorial, de uma sociedade) tem que ser construída pelas *entidades governativas* e tem que associar todos os elementos com responsabilidades no sector em causa. Melhor: é necessário que quem tem poder de decisão crie uma *estrutura coordenadora* que congregue as entidades actantes e determine como se vai levar por diante as *acções* planeadas.

Concretizemos agora o que pode ser uma política linguística para o português, da responsabilidade das entidades governativas dos países que pretendem reforçar a sua difusão (refiro-me sobretudo a Portugal e ao Brasil). Com esse fim procurarei apresentar os **fundamentos** da opção que tomamos, os **objectivos** que temos em vista e as **estratégias** para os alcançar.

Fundamentos de uma opção

Sendo a língua uma das maiores riquezas de qualquer sociedade, é natural que a sociedade se preocupe em dá-la a conhecer e valorizá-la perante o exterior. Assim, justifica-se que se envide todos os esforços para que o português seja uma das línguas a que tenham acesso fácil as pessoas que

procuram aumentar a sua competência linguística com o conhecimento de línguas estrangeiras. Aliás, o conhecimento de línguas constitui uma referência fundamental para a **avaliação psico-social** dos indivíduos e para o êxito da sua **integração em contextos** internacionais.

Além disso, é hoje convicção generalizada que a convivência entre falantes de línguas diferentes e a aprendizagem de mais do que uma língua têm vantagens (a) no **desenvolvimento cognitivo** das crianças e (b) na preparação de jovens e adultos para uma **interacção no mundo globalizado**. É por esta razão que a diversidade linguística e cultural e o ensino multilingue são fortemente aconselhados por organismos como a UNESCO.

A diversidade linguística e o ensino multilingue são, também, factores de **enriquecimento cultural**. No caso da língua portuguesa, saber português transporta para contextos exteriores elementos significativos das culturas societárias que utilizam o português como língua materna. Na realidade, quando uma língua viva passa a ser menos conhecida e menos utilizada pelas pessoas para quem não é língua materna, perdem-se **referências históricas** e torna-se mais obscura a caracterização da comunidade que a fala.

Mas o português não é só um repositório de referências histórico-culturais. Como língua de utilização em todas as áreas da sociedade, ele é também uma língua da **ciência actual e das tecnologias**. Frequentemente esta função da língua é subsumida com o argumento falsamente pragmático da vantagem no uso de uma única língua para a comunicação nos domínios científicos e tecnológicos. Nos países ocidentais, essa língua é o inglês. Este monolinguismo é prejudicial para a difusão das línguas e não é certamente indispensável para o progresso da ciência e para a sua divulgação, que ganhariam se muitos trabalhos científicos fossem escritos nas línguas faladas habitualmente pelos seus autores.

Por fim, não é despidendo lembrar que o português, falado no mundo por cerca de 200 milhões de pessoas, constitui um meio facilitador de **interacções**

de carácter económico, benéficas para os elementos das sociedades que dominam essa língua.

A necessidade de definir uma **política de língua** fundamenta-se, portanto, nestas razões, diversas e complementares: aspectos de carácter psico-social, enriquecimento cultural e científico, manutenção de referências históricas e vantagens de natureza económica. Se se pretende, na realidade, impulsionar a difusão do português torna-se imprescindível que as entidades governativas (leia-se: o Estado) não se limitem a fazer afirmações genéricas e bem intencionadas. É preciso que haja um apoio concreto e estimulante para a produção em língua portuguesa em todas as áreas, seja numa política de incentivo à *tradução*, seja no apoio à *realização de manuais, obras de base* para a formação escolar, e *obras teóricas e de aplicação* em todos os campos do saber. Sem este apoio o Estado não pode dizer que participa activamente no objectivo de difundir a língua portuguesa.

Uma política de difusão do português

A difusão da língua portuguesa impõe que se encarem dois contextos diferentes ao definir os seus objectivos e estratégias: o ensino e a difusão da língua nos países que, por circunstâncias históricas, utilizam o português como **língua de escolarização** e **veicular** para comunicação internacional (muitas vezes designado como língua segunda), e o ensino e a difusão da língua nos países em que o português é **língua estrangeira**. Nas duas circunstâncias (como língua de escolarização e veicular, e como língua estrangeira), a política linguística tem que definir objectivos que não são exactamente os mesmos, e propor estratégias para os alcançar.

1. O Português como língua de escolarização (língua segunda)

Objectivos e estratégias

Em todos os países de África em que o português é língua veicular, tal como em Timor, ele convive com as línguas nacionais, e o contexto sócio-cultural em que se desenvolve torna-o uma *variedade específica* no conjunto das variedades do português. Esse aspecto deve estar presente de forma constante no ensino da língua portuguesa e em todas as vertentes da sua difusão.

Por outro lado, grande parte dos alunos africanos e timorenses contacta com a língua portuguesa apenas a partir do início da escolarização porque tem uma outra língua materna. De acordo com directivas da UNESCO sobre a importância da língua materna no desenvolvimento cognitivo da criança e no reforço da sua identidade cultural, justifica-se que as línguas maternas dos alunos ocupem um espaço na escola. Como em todos estes países o português é língua de escolarização, a presença na escola das *línguas maternas* dos alunos representa uma opção pelo ensino bilingue que se concretiza em graus diferentes conforme as possibilidades. Esta opção pode ser vantajosa para a aquisição do português e não significa, de modo algum, alteração do estatuto do português como língua oficial.

Nestas circunstâncias o português é referido como *língua segunda* (L2), o que significa que é língua oficial do país e língua de escolarização, mas não é língua materna da maioria dos alunos que não convivem quotidianamente com ela fora da escola. Nesse contexto, os alunos têm de adquirir um domínio expedito do português como condição imprescindível para interagir com outras culturas e para obter sucesso escolar e social, tal como para serem reconhecidos como elementos da grande comunidade dos falantes de português.

Em consequência do que foi dito, são **objectivos** da difusão do português nos países multilingues de África e Timor:

- Criar e manter condições para que os alunos que frequentam o sistema escolar dos países em que o português é língua segunda adquiram competência em todos os contextos de uso (ainda que se

suponha, naturalmente, que no contexto familiar utilizem a respectiva língua materna) .

- Levar a efeito a formação de profissionais para o ensino do português como língua de escolarização.
- Garantir que os alunos têm acesso à informação em língua portuguesa nos mais variados domínios, reforçando junto dos estudantes a convicção de que o português tem valor para usos científicos e técnicos.
- Desenvolver o estudo das línguas nacionais dos países onde o português é língua oficial.

Definidas as componentes deste cenário multilingue, as **estratégias** para tornar eficaz o ensino do português na sua condição de língua segunda terão de tomar em consideração os factores intervenientes: línguas nacionais, preparação dos professores, atitudes pedagógica e didáctica, materiais e instrumentos de ensino. Algumas dessas estratégias são:

- Desenvolvimento de investigação sobre as línguas nacionais africanas dos países em que o português é língua oficial, nomeadamente numa perspectiva comparativa em relação à língua portuguesa.
- Formação de professores de português como língua segunda com os seguintes objectivos: 1) conhecimento da *língua materna* dos estudantes e das *características da sociedade local* onde o aluno vive e 2) conhecimento dos *mecanismos que guiam a aprendizagem* de uma língua segunda.

Neste ponto importa chamar a atenção para a necessidade de os professores de língua segunda reflectirem sobre as características desse tipo de ensino e encontrarem as estratégias adequadas à aprendizagem de uma língua não materna, visto que a sua aquisição implica adquirir um novo sistema de sons, um vasto vocabulário novo, um conhecimento pragmático associado a um novo conjunto de regras gramaticais e, muitas vezes, uma construção diferente do discurso. O

domínio da oralidade deve preceder o da escrita tendo em conta, sobretudo, a diferença existente entre a compreensão e a produção nos dois os casos.

- Preparação e produção de materiais didácticos. Divulgação de livros e materiais multimédia que reforcem a relação com a língua portuguesa.
- Enriquecimento dos léxicos de especialidade, principalmente os que podem ir ao encontro da realidade dos países onde o português é língua segunda.
- Apoio governamental a projectos dinamizadores de acções conjuntas e de parcerias com países em que o português é língua segunda. Coordenação das acções de cooperação no campo linguístico e cultural entre as diversas instituições intervenientes.

2. O português como língua estrangeira

O conhecimento de mais do que uma língua tornou-se imprescindível num mundo que funciona à escala planetária. A Assembleia-Geral das Nações Unidas ao proclamar o ano de 2008 como o Ano Internacional das Línguas chamou a atenção, mais uma vez, para as movimentações das sociedades actuais cujos percursos não conhecem fronteiras.

No campo estrito do ensino, o conhecimento de línguas não maternas tem consequências positivas: As crianças que dominam mais do que uma língua têm probabilidades acrescidas de atingir um nível superior de desenvolvimento das capacidades metalinguísticas e cognitivas, e estão mais bem preparadas para adquirir novas línguas e novas culturas, e para reconhecer a importância de usar várias línguas. Acrescente-se a esta afirmação o facto de a maioria dos sistemas de ensino integrarem obrigatoriamente a aprendizagem de duas línguas estrangeiras, não se restringindo ao ensino do inglês como língua mais difundida na comunicação internacional.

Assim, e se quisermos acentuar a importância de valorizar a língua portuguesa entendendo-a como uma riqueza das sociedades que a falam, o português encontra-se bem posicionado para se tornar uma escolha possível

de quem queira alargar a sua competência linguística: é uma língua materna de largos milhões de pessoas, uma língua com ligações históricas a algumas das mais expandidas línguas de comunicação, uma língua que utiliza o alfabeto latino comum a grande número de línguas europeias e, por fim, uma língua que é falada por milhares de emigrantes. Além disso, como também já se fez notar, o português pode constituir uma mais-valia no campo das interações económicas.

Por outro lado, funcionam hoje muitos organismos internacionais em que se discute, com mais ou menos sucesso, as linhas mestras do caminho a fazer em conjunto, e a solução dos problemas que afectam os países que integram esses organismos. Refiro-me, entre outros, à Comissão Europeia e ao Parlamento Europeu, refiro-me ao Mercosul e à OUA, todos estes de cariz económico e político, e refiro-me ainda a organismos com vocação sócio-cultural como a UNESCO ou o Conselho da Europa. Ao dominar uma língua na qual se discute uma questão de relevo, o indivíduo tem uma capacidade e uma riqueza de argumentação elevadas que podem fazer pender para um lado ou outro a solução dos problemas. A presença da língua portuguesa nas reuniões de trabalho desses organismos é de vital importância.

Em consequência das observações feitas, devem considerar-se como **objectivos** da difusão do português como língua estrangeira:

- Fortalecer a projecção do português como língua de comunicação internacional e como língua de trabalho nos organismos plurilinguísticos.
- Determinar, com fundamento e critério realista, os países/regiões em que se pretende desenvolver de modo consistente o conhecimento da língua portuguesa
- Prestigiar o ensino do português nas Universidades e instituições de ensino superior.

Indicam-se a seguir algumas **estratégias** que podem auxiliar na concretização dos objectivos propostos.

- Valorizar a função do professor de português nas universidades e escolas estrangeiras de modo a que venha a integrar-se no respectivo corpo docente. O ensino universitário é um dos contextos mais prestigiados e, simultaneamente, mais multiplicadores em que o português pode encontrar um lugar como língua estrangeira.
- Incrementar o intercâmbio de instituições nacionais e estrangeiras que tenham responsabilidade sobre o ensino do Português língua estrangeira e estabelecer acordos com Universidades de modo a valorizar institucionalmente o ensino do português.
- Aplicar de forma ampla e regular o sistema de certificação do português, sem o que os profissionais estrangeiros não deveriam poder exercer as suas profissões nos países de língua portuguesa. Aliás, no que respeita à União Europeia, existe uma directiva comunitária denominada 'direito de estabelecimento' que é condição para o exercício da actividade profissional em qualquer estado da União.
- Determinar objectivamente prioridades de afectação dos recursos na manutenção, criação ou supressão de leitorados e apoiar efectivamente os professores de todos os níveis de ensino.
- Incluir uma área de aquisição e ensino da língua não materna na formação de base dos professores e em acções complementares de formação. A preparação dos docentes é fundamental para o êxito da difusão da língua. Assinale-se que a aprendizagem de uma língua estrangeira implica, como foi dito a propósito da aquisição de uma língua segunda, que o aprendente seja capaz de dominar um novo aparelho fonético e gramatical e, por vezes, uma diferente construção do discurso, quando não, mesmo, a utilização de um diverso sistema de escrita (casos em que os usuários do alfabeto latino tomam contacto com o alfabeto cirílico ou árabe).

- Desenvolver projectos na área do léxico e da modelização computacional evidenciando a capacidade da língua portuguesa para ser usada em ciência ou nas tecnologias de acordo com as necessidades da sociedade contemporânea.
- Apoiar e subsidiar traduções de obras básicas e especializadas, bem como a produção de textos e estudos científicos e técnicos em língua portuguesa.
- Coordenar efectivamente e na prática as acções dos vários Ministérios e instituições governamentais.
- Levar a efeito um levantamento exaustivo das condições de ensino do português no estrangeiro, dos interesses particulares dos vários países e das necessidades de cobertura de certas áreas. Este levantamento e a sua análise devem integrar os Institutos português e brasileiro que têm como função difundir o ensino do português no estrangeiro.
- Construir materiais multimédia para os vários níveis de ensino, em forte inter-relação com as ferramentas informáticas do português, que devem ser urgentemente desenvolvidas.
- Publicar e inserir na Internet uma informação completa dos materiais didácticos existentes e das experiências em curso, em inter-relação com o trabalho que, neste domínio, se leva a efeito a partir de leitorados de português e de núcleos de ensino da língua que funcionam no estrangeiro. O Centro Virtual Camões tem tido uma interessante actuação neste sentido e aí se podem encontrar bons materiais.
- Estimular o desenvolvimento de projectos na área da difusão da língua portuguesa e determinar formas anuais de publicitação dos resultados desses projectos.
- Afectar a este ensino, de modo determinado e constante, os meios indispensáveis para que ele seja motivador de professores e aprendentes, apelativo e claramente útil. Lembre-se que as vantagens do conhecimento da língua de um país podem constituir uma mais-valia

no campo das interações económicas e são um dos mais importantes investimentos que cabem à iniciativa governamental e colectiva.

Uma nota final

Todas as pessoas possuem uma língua materna; a pretensão de a tornar conhecida é natural e desejável. Foi com essa língua que encontramos o nosso lugar no mundo, foi com ela que nos construímos. Torná-la conhecida junto dos outros é algo que nos compete a todos, com convicção, iniciativa, saber e um entusiasmo sem desistência.

Bibliografia

- Ellis, Rod(2002). *The Study of Second Language Acquisition*. Oxford University Press, 9ª ed..
- Mateus, Maria Helena Mira (org.) (2002). *Uma política de língua para o português*. Lisboa: Edições Colibri.
- Mateus, Maria Helena Mira Mateus, Dulce Pereira e Glória Fischer (orgs.). , (2008). *Diversidade Linguística na Escola Portuguesa*. Lisboa: ILTEC / Fundação Calouste Gulbenkian.
- Mateus, Maria Helena Mira (2003). *Unidade e diversidade da Língua portuguesa*. Conferência apresentada em Berlim, no Instituto Ibero-Americano.
- Solla, Luísa (2007). Ensino do Português em contextos de diversidade linguística. In *Diversidade Linguística na Escola Portuguesa*. pp. 295-303.